



Sessão Ordinária do dia 1.º de setembro de 2025 - Ata n.º 76.

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, **Deputado Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luciana Rafagnin** (na função de 1.^a Secretária) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **76.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto a 1.^a Secretaria se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Sr. Presidente.
(Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.^º 84/2025** da ANAC e Informação do DNIT, encaminhando respostas a requerimentos de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.^º 451/2025** do Ministério público do Estado do Paraná, encaminhando resposta a requerimento da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.^º 657/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.^º 154/2024, que foi convertido na Lei n.^º 22.567; **Ofício n.^º 658/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a



sanção do Projeto de Lei n.º 224/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.568; **Ofício n.º 659/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 198/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.569; **Ofício n.º 660/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 14/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.571; **Ofício n.º 661/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 136/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.570; **Ofício n.º 662/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 741/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.573; **Ofício n.º 663/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 618/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.572; **Ofício n.º 666/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 38/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.579; **Ofício n.º 667/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 134/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.578; **Ofício n.º 668/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 250/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.577; **Ofício n.º 669/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 281/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.576; **Ofício n.º 670/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 384/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.580; **Ofício n.º 671/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 330/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.575; **Ofício n.º 672/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 623/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.590; **Ofício n.º 673/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 426/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.574; **Ofício n.º 674/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 410/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.581; **Ofício n.º 667/2025** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando resposta a requerimento da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.º 1637/2025** do Ministério dos Transportes, encaminhando resposta a



requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Comunicado** da Caixa Econômica Federal, informando crédito de recursos financeiros relativos ao programa “Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento”.

Esses eram os ofícios recebidos a serem lidos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Não há orador inscrito... Concedo a palavra ao Deputado Maurício Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PDT): Senhor Presidente, senhoras e senhores, venho à tribuna dar ciência a um requerimento de informações que encaminhei ao Governo do Estado hoje – foi protocolado hoje esse requerimento de informação. Esse requerimento... neste momento, onde diversos escândalos envolvendo PCC, vão da Faria Lima à nossa cidade de Paranaguá, algo me chamou a atenção. Os senhores sabem que sempre cobrei transparência nas isenções fiscais cedidas e concedidas pelo Governo do Estado – e não é deste Governo que venho cobrando isso, já faço isso em outros governos. Mas com essa exposição desse escândalo envolvendo PCC, postos de combustíveis, distribuidoras, nós, comparando as empresas que têm isenção fiscal no Estado do Paraná, encontramos uma das distribuidoras supostamente ligadas ao escândalo do PCC: a Alpes. Essa empresa, Alpes Distribuidora de Petróleo Ltda, tem praticamente R\$ 300 mil de isenção fiscal no ano passado, mas ela pode ou não estar envolvida, há toda uma investigação sobre isso. O que me chama a atenção é que, quando fui procurar o porquê, qual era o motivo da isenção fiscal dessa distribuidora, Deputado Romanelli – que tem a sede em Umuarama, uma filial em Araucária e sete filiais fora do Paraná –, descobrimos que ela tem uma redução de base de cálculo, prevista no item 20 do Anexo VI do RICMS de 2017. O problema é que esse item, que está dando essa isenção fiscal para uma distribuidora de combustíveis, se



enquadra em operações de industrialização de mandioca. Quase R\$ 300 mil de isenção fiscal para uma distribuidora de combustível, que pode ou não está ligada aos escândalos, aos desvios e lavagens de dinheiro do PCC, mas a desculpa é industrialização de mandioca. Para uma distribuidora de combustível! E no seu CNPJ em nada consta mandioca. Há aqui um erro, um absurdo gritante. Pedimos, então, que o Governo explique. Por que uma distribuidora de combustível tem isenção por industrialização de mandioca? E por que uma distribuidora ligada, provavelmente, ao PCC tem também essa benevolência do nosso Estado? É isso. Queria deixar bem claro que fizemos esse requerimento. E gostaríamos também que o Governo do Estado aproveitasse e já começasse a procurar se temos outras distribuidoras de combustível com isenção por industrialização de mandioca e afins, porque quem paga essa conta é o povo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Gilson de Souza.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos que nos acompanham aqui na Assembleia e todos que nos acompanham através da *TV Assembleia*. Subo à tribuna nesta tarde para trazer duas importantes mensagens relacionadas à nossa valorosa Polícia Militar do Paraná. Primeiro, é a posse do nosso amigo, do nosso irmão Cel. Cristiano Stocco, que no dia 28 de agosto tomou posse do 4.^º Comando Regional da Polícia Militar em Ponta Grossa. O Cel. Cristiano Stocco Rosa, com mais de 33 anos de dedicação à Corporação, traz uma trajetória exemplar, marcada por conquistas relevantes, como a criação da Patrulha Costeira e a modernização da frota com embarcações blindadas. Além de sua competência técnica, carrega também valores humanos e espirituais, pois exerce o ministério como pastor auxiliar da Igreja do Evangelho Quadrangular, o que certamente contribui para a sua liderança pautada no cuidado e na proximidade com pessoas. Desejo ao Cel.



Stocco muito êxito nessa nova missão à frente do 4.º Batalhão, pedindo a Deus que o abençoe em cada decisão. Registro ainda o meu reconhecimento ao Cel. Luciano Cordeiro, que deixa o comando após um trabalho de grande dedicação. Parabenizo, assim, a Polícia Militar por mais essa transição que fortalece a instituição e reafirma o seu compromisso com a segurança da população dos Campos Gerais. Por outro lado, uma notícia que nos causa muita tristeza, que também, enfim, compartilho aqui, o falecimento do Soldado Willian Roberto de Lima, de apenas 39 anos, vítima de um acidente trágico. O Soldado Willian construiu uma trajetória de bravura e profissionalismo, servindo inicialmente ao Exército Brasileiro e, desde 2013, à Polícia Militar do Paraná. Formou-se soldado em 2014, sempre se destacando com empenho, disciplina e excelência. Sua dedicação foi reconhecida em várias ocasiões, além de ser condecorado com a medalha *Policial Militar de Bronze* em 2024. Mais do que um policial exemplar, Willian foi instrutor, amigo e referência para muitos. Sua missão foi cumprida com honra. Seu legado permanecerá vivo em seus colegas e em todos que tiveram uma oportunidade de caminhar ao seu lado. Neste momento de luto, deixo registrada a minha solidariedade à família, aos amigos e a todos e a toda a Corporação. Que Deus conforte os corações diante dessa irreparável perda. Assim, Sr. Presidente, trago a esta Casa duas realidades que caminham lado a lado na vida pública: alegria de novas conquistas e a dor da perda. Ambas nos lembram do valor de cada homem e mulher que veste a farda da Polícia Militar do Paraná, entregando sua vida ao serviço do próximo, que possamos, como representantes do povo, honrar e apoiar sempre esses verdadeiros heróis. Muito obrigado, Sr. Presidente e todos que nos acompanham.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Amaro.



DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, todos os presentes aqui hoje nesta Casa de Leis. Hoje vim falar sobre a Lei n.º 21.705/2023, já que estamos agora no mês de setembro, essa Lei chamada Setembro Caramelo. Setembro caramelo porque caramelo é um cachorro daqueles, que muitos vivem nas ruas; poucos querem adotar, o preto e o caramelo. Fizemos aqui essa Lei, que foi sancionada pelo Governador, que visa conscientizar e incentivar a população paranaense a esse ato de amor que é o ato da adoção consciente. A Lei também visa promover reuniões, debates e ações sociais para combater o abandono de animais, ensinar os tutores como educar e respeitar os limites dos seus bichinhos, já que, na maioria das vezes, eles chegam com muitos traumas causados por antigos donos ou mesmo da rua. Também conscientizar sobre a adoção compulsiva e promover a guarda responsável. Inclusive, falar da causa animal dos últimos tempos é até difícil porque vemos tantas pessoas fazendo tantas maldades, e as redes sociais mostram isso, não é? Lá no Maranhão, um rapaz desceu da moto e deu um chute no cachorro que estava na rua, sem fazer nada para ele, que desmaiou; outros, o que falar do rapaz que cortou, Deputada Márcia Huçulak, as quatro patas do cavalo que estava cansado? Então as pessoas ainda não têm essa consciência de adoção, de tratos que deixar animal na corrente se torna e se configura também maus tratos. E temos lei no Estado do Paraná. Então, se as pessoas não tiverem essa consciência, precisamos continuar trabalhando muito para que elas se conscientizem quanto a isso. Adoção consciente de animais domésticos é um ato de responsabilidade e empatia, que vai muito além de simplesmente levar um animal para casa, trata-se de entender que o animal é um ser vivo e que sente dor, alegria, medo, afeto e que dependerá do tutor por toda a sua vida. Além de ser um gesto de amor, também é uma grande responsabilidade, pois os tutores devem proporcionar ao animal adotado um lar seguro, afetivo e permanente. Gostaria também de convidar a todos os nobres colegas Parlamentares, na quinta-feira, no dia 4, às 18 horas, vamos ter aqui uma Sessão Solene em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

homenagem a este mês tão especial, ao setembro Caramelo. Quero agradecer também ao Secretário Rafael Greca, que nos recebeu lá no seu gabinete, também nos ajudou muito a proporcionar essa data muito especial do Setembro Caramelo. Inclusive, Presidente Alexandre Curi, precisamos da ajuda da Assembleia Legislativa também para promover neste mês essa data muito especial para que possamos ajudar cada vez mais os nossos animais indefesos. A adoção é muito importante, desde que ela seja consciente. Geralmente, as pessoas que não gostam de ter, Deputado Arruda, pelo na roupa, nunca vão ter um animal. As pessoas que não gostam de ter um pouco de bagunça em casa, é difícil ela ter um animal porque ela não vai saber o quanto isso é importante para ela. Então, adoção consciente, isso é muito importante. Há pessoas que adotam e depois descartam o animal. Quem não gosta de latido, de pelo na roupa, tem que ter animal de pelúcia, porque esses não fazem nada para as pessoas, não é verdade? Então continuamos sempre na luta em favor daqueles que mais precisam e dar voz àqueles que não têm, que são os animais. Quero também agradecer a presença aqui do Nilson, meu amigo, que está aqui na tribuna e que hoje veio visitar esta Casa e todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*. Relembrando: quinta-feira, Setembro Caramelo, às 18 horas, aqui, nesta Casa de Leis. Muito obrigado, um abraço a todos e vamos amar os animais. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Professor Lemos. Peço ao 1.º Secretário que faça um Comunicado ao Plenário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhoras e Senhores Deputados, a Assembleia tomou conhecimento da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que suspendeu a execução da penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais do Deputado Renato Freitas, lida em Plenário no dia 18



de agosto de 2025. As representações, juntamente com a decisão judicial, serão encaminhadas ao Conselho de Ética para providências, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento toda a população que nos acompanha à distância e também quem nos honra com suas presenças aqui na Assembleia, em especial quero cumprimentar a Professora Walkiria Mazeto, Presidente da APP-Sindicato, a Nádia, funcionária de escola e também dirigente da APP-Sindicato, que aqui comparecem e que vêm trazendo para nós uma demanda que é importante. Mas antes quero, mais uma vez aqui, cumprimentar o Deputado Renato e dizer que ele tem todo o nosso apoio, ele tem o direito de exercer o mandato aqui com toda a liberdade que diz respeito a um mandato de Deputado Estadual. Foi eleito com 58 mil votos e aqui está prestando um excelente trabalho a favor do Paraná, a favor da população que mais precisa do poder público, que mais precisa da Assembleia Legislativa. Portanto, já dizíamos aqui que havia um equívoco, um erro ao suspender as prerrogativas parlamentares do Deputado Renato Freitas. E agora a Justiça, mais uma vez, corrige esse erro, corrige esse equívoco e o Renato segue aqui com todas as prerrogativas de Parlamentar, que é assim que tem que ser. Parabéns, Renato. Continue fazendo esse trabalho maravilhoso que você faz a favor do povo do Paraná, do povo brasileiro. Quero aqui, Sr. Presidente, também falar que hoje organizamos uma Audiência Pública na Assembleia, em parceria com o mandato da Deputada Carol Dartora, ela esteve presente, e também junto conosco estava o Deputado Federal Tadeu Veneri. A Deputada Carol e o Deputado Tadeu Veneri são Deputados Federais que compõem a Comissão Especial de Análise do Plano Nacional de Educação, projeto que está tramitando no Congresso Nacional, deve



ser aprovado até o final do ano, para que, a partir do ano que vem, tenhamos no Brasil um novo Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação, esse Projeto que tramita, tem 18 objetivos, tem 58 metas e 253 estratégias. O debate de hoje complementa os outros debates que já fizemos aqui nesta Casa. Aqui na Assembleia, neste espaço, em 2023, fizemos um grande debate aqui, dando o *start*, abrindo os trabalhos das conferências municipais, regionais e da Conferência Estadual de Educação, a CONAE, que levou para Brasília propostas importantes para a construção do Plano Nacional de Educação. Pude também acompanhar o debate em Brasília, foi muito interessante, e, ao final da conferência nacional, o Presidente da República, junto com o Ministro da Educação, esteve lá e recebeu das mãos da Coordenação da Conferência – estávamos lá em mais de 5 mil brasileiros e brasileiras e foi entregue, então, ao Presidente da República – o relatório. Com base no relatório, elaborou-se o Projeto que tramita. Esta Casa já fez um seminário aqui, no dia 26 de maio deste ano, com a Comissão Especial, foi o primeiro estado a fazer o debate com a Comissão Especial para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação. O debate foi amplo, esta Casa estava cheia de novo. Hoje o debate foi sobre este caderno: *Caderno PNE Antirracista*. Queremos uma educação no Brasil antirracista, uma educação que promova a igualdade, que combatá qualquer discriminação, respeitando todas as etnias, todas as raças, preparando professores, funcionários, mas também preparando a sociedade brasileira para superarmos o racismo e fazer com que evoluamos enquanto nação, com igualdade. Então, o debate foi muito importante. Quero agradecer a todas e todos que estiveram conosco, em especial à Deputada Carol Dartora, que é uma defensora do combate ao racismo e defensora da igualdade racial no nosso País. Também subo a esta tribuna hoje para falar de uma demanda trazida pela APP-Sindicato. Vou passar à leitura aqui deste material, que já entreguei para alguns Deputados e também para a imprensa, que foi produzido pela APP-Sindicato. É desumano reduzir o salário da professora porque ela está com câncer. É crueldade reduzir o salário da professora que é mãe, que está em



licença-maternidade. É maldade reduzir o salário do professor que está doente, está com licença médica. Em dezembro de 2024, o Governo do Paraná publicou o Decreto n.º 8.222, alterando a regulamentação da gratificação de tecnologia e ensino, o GTE, instituída pela Lei Complementar n.º 242/2021. O que antes era uma forma de ressarcimento pelos investimentos que os educadores, professores, são obrigados a fazer em tecnologias, passou a ter finalidade punitiva, atingindo em cheio docentes em licenças legais, como licença-maternidade, como licença para afastamento de tratamento de saúde, em casos de doenças graves. Com a implantação das novas regras, na folha do mês de agosto, com efeitos retroativos ao mês de junho de 2024, temos professores e professoras que tiveram um desconto nos salários de mais de R\$ 2 mil. Isso reforça o caráter cruel, desumano e a maldade com quem faz a melhor educação do País. Ainda mais porque nenhuma gratificação dos outros servidores do Estado do Paraná, das demais secretarias, tem desconto. A APP, em nome de todos os professores e professoras, vem pedir o apoio a esta Assembleia Legislativa para que se revogue esse Decreto e volte a ser como era antes. Porque nenhuma categoria do serviço público do Paraná, quando está doente ou quando está em licença-maternidade, sofre desconto de gratificação de função. O Governo começou a fazer isso agora no mês de agosto contra quem? Contra nós, professores e professoras do Estado do Paraná, da educação básica. Não faz com nenhuma outra categoria. Isso de fato tem nome, a APP está dizendo: “*É crueldade!*”. A APP está dizendo que isso é maldade, está dizendo que é desumano. Tem toda a razão, é maldoso, é cruel, é desumano ato como esse. Professores da rede de educação básica do Paraná ganham o menor salário entre todos os funcionários públicos do Paraná. O menor! Mas muito menor! Não ganham a metade do que ganham os outros servidores. E não ganham porque o Governo do Paraná vem pisando na nossa categoria há muito tempo. Já alcançamos, sim, a paridade com os demais servidores lá atrás, lá no Governo Beto Richa, lá no primeiro mandato. De lá para cá, maldade. Estamos enfrentando agora... Além de não ter reposição salarial adequada, além



de não ter reformulação na carreira adequada para alcançar os demais servidores, o pouco que temos está sendo tirado. Observem aqui três contracheques: o primeiro é de uma professora com câncer – olhem a crueldade –, R\$ 862,00 foi o desconto; a segunda é de uma professora também com licença médica, R\$ 827,00; o terceiro contracheque é de uma professora com licença-maternidade – por estar em licença-maternidade, então, ela não comparece à escola, é evidente, licença-médica e licença-maternidade, como você vai comparecer à escola? – o desconto foi de R\$ 1.508,80. Isso porque ele tomou como base descontar, de junho para cá, junho e julho, agosto vai descontar também – aliás, já descontou, se contar para a professora aqui com licença-maternidade, gera mais R\$ 800 de desconto, já passa de R\$ 2 mil. Não quero que nenhum Deputado aqui fique nervoso, fique bravo e que se levante junto com a nossa categoria para fazer justiça. O Secretário de Educação perdeu a mão e ele vem perdendo a mão já há algum tempo. Nenhum outro Secretário, nenhuma outra Secretaria que trabalha com servidores de outras categorias tem feito essas maldades com seus funcionários. Mas a Secretaria de Educação está fazendo e não é a primeira vez. É preciso que nos levantemos contra essas maldades, contra essas crueldades, contra essa desumanidade. A APP preparou o material, distribui para alguns Deputados – vou distribuir para todos que estão aqui, para a imprensa. Quero pedir ao Deputado Hussein Bakri que nos ajude – como sempre ajudou – nessa tarefa também para revogar esse Decreto, para ser justo com os professores. Não é possível! Não é possível! GTE é uma gratificação que não pode de jeito nenhum ter desconto quando você está doente, quando está em licença-maternidade. Quando a falta não é justificada, quando a falta não é legal, não tem problema. Agora, quando isso não é falta, quando alguém está doente ou quando uma mulher está em licença-maternidade, ela não... Está coberto por lei. Está previsto na Constituição, está previsto em lei aqui do Estado do Paraná. Chegar a este ponto não dá mais. Não dá mais! Se o Governo não quer fazer reunião, não precisa fazer reunião. Faça justiça! Atenda com respeito os nossos professores e



professoras, não pratique mais essas maldades, aplique o que está disposto na nossa Constituição brasileira, que basta para nós. Não quer conversar com o Sindicato? Não gosta de Sindicato? Tudo bem, mas trate com carinho, com respeito os nossos professores e professoras, pague o que deve e não desconte de um professor doente, de uma professora em licença-maternidade, isso já passou de todos os limites. Por isso, clamamos aqui o apoio de todos os Deputados e Deputadas para revogar esse maldito Decreto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao Horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o líder do Governo, Líder da Oposição. Senhor Líder do Governo, o Athletico já venceu as duas últimas partidas, a próxima vítima será o Botafogo de São Paulo, depois a Chapecoense, e aí é rumo à primeira divisão, para a tristeza dos coxas-brancas. Brincadeiras à parte, quero convidá-los para uma Audiência Pública que teremos agora na quarta-feira, às 18h30, com os vigilantes. Temos mais de 20 mil vigilantes no Estado do Paraná trabalhando, mais de 90 mil cadastrados e infelizmente muitas vezes nossos vigilantes são esquecidos, são olvidados. Em diversas pautas federais e estaduais estamos trabalhando. Em uma das pautas federais, na última vez em que estive em Brasília, lutei pelo porte de arma para os vigilantes, conversei com Senadores, com Deputados, temos alguns projetos para a Lei n.^º 10.826, tramitando no Congresso Nacional, e precisamos, sim, nos unirmos. Por quê? Porque o vigilante trabalha cotidianamente muitas vezes armado, e, quando sai do trabalho, sai desarmado, Deputado Arruda, uma vítima em potencial. Agora lhe pergunto, Deputado Arruda: o bandido, quando trabalha armado, vai para casa desarmado? É lógico que não. Então, se o criminoso anda armado em nossas ruas, por que o nosso vigilante, nosso herói, nosso pai, nossa



mãe de família, não tem o direito de portar uma arma de fogo, de possuir e portar uma arma de fogo? É uma das pautas que vamos discutir na próxima quarta-feira, 18h30, além de projetos estaduais, como meia-entrada para os vigilantes em todos eventos públicos e questões importantes. Então, o meu convite a você, vigilante, que no meu compreender, como Delegado de Polícia, faz parte, sim, da segurança pública, o senhor faz parte da segurança pública e diz respeito ao controle informal que é realizado por toda a sociedade. Controle formal é importantíssimo – Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Científica, Ministério Público, Poder Judiciário –, mas o controle informal, que vem das empresas, que vem da sociedade, do comércio, através da contratação de vigilantes, é imprescindível. Estive em diversos países do mundo, e lá, em regra, os vigilantes têm, sim, porte de arma. Vamos trabalhar pelo direito de você, vigilante, ter porte de arma através da modificação de uma lei federal. Audiência Pública agora, na quarta-feira, às 18h30, entre outras pautas municipais e estaduais. Utilizo também a palavra, senhores, para homenagear quem merece homenagem. Tenho aqui ao meu lado esquerdo a jovem adolescente, Emanuelle Freire – gostaria até que levantasse, se fosse possível –, nossa Miss Pinhais de 2023, que realiza um trabalho maravilhoso interpretando a princesa Jasmine nas Apaes. Para quem não lembra, Jasmine é a princesa do filme do Aladim, e ela o faz levando alegria, levando amor e levando, principalmente, inclusão. É um trabalho maravilhoso, ainda mais feito por uma adolescente, porque em regra, *data maxima venia* aos nossos adolescentes, a responsabilidade social surge com a vida adulta, compreendemos a necessidade de nos doarmos, de nos entregarmos na vida adulta, e muitas vezes é esquecido, Sr. Presidente, na fase da juventude. Mas ela, já adolescente, tem trabalhado nas Apaes, como falei, levando inclusão, levando alegria, levando amor, levando respeito, levando a oportunidade de se divertir, e com o divertimento, vem o crescimento, vem o aprendizado e é uma forma de tratamento. Então, em nome do gabinete do Delegado Xerifão, ofereço este certificado de Menção Honrosa, é pouco perto do



trabalho que a senhorita representa. Meus parabéns então em nome, acredito, de todos os Deputados Estaduais dessa Casa, que representamos nada menos que a população de todo o Estado do Paraná, porque nós, Deputados Estaduais, representamos o povo; os Senadores representam o Estado. Então, nós representamos toda a população do Estado do Paraná. E você engrandece o nosso Paraná. Nosso muito obrigado, que isso fique registrado nos anais desta Assembleia Legislativa, e que este certificado fomente condutas similares de outras pessoas, porque um dos objetivos do Estado, da sociedade, é induzir o ser humano e as pessoas a praticarem condutas lícitas e éticas. Por isso que nós, Deputados, temos que ser exemplo: exemplo em conduta, exemplo em ações, exemplo em formas de ser, porque influenciamos pessoas e temos uma grande responsabilidade. E você, agora, passa a ter essa responsabilidade. Nosso muito obrigado em nome de toda a população paranaense pela inclusão trazida às pessoas que mais precisam, que não estão em casa muitas vezes, que estão lá buscando uma semente de perspectiva. Nosso muito obrigado, digo até emocionado. Muito obrigado, minha querida. Obrigado, Sr. Presidente. Encerro a minha manifestação honrando quem merece honra, e lembrando, vigilantes, quarta-feira, 18h30, venham para cá, vamos debater, vamos conversar e vamos traçar estratégias, porque inúmeras vitórias já conseguimos dessa forma, em Audiências Públicas. Um grande abraço a toda a população do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra à Deputada Secretária Márcia.

DEPUTADA SECRETÁRIA MÁRCIA: Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Deputados. Na última segunda-feira, dia 25 de agosto, estive participando junto ao nosso Governador Ratinho Junior nos Estados Unidos, na Capital Washington, representando a nossa Assembleia Legislativa do Paraná em uma cerimônia que certificou o Paraná como o primeiro estado da América do Sul, da América Latina,



da rede global de comunidades amigas da pessoa idosa. Estiveram também, fizeram parte dessa comitiva, a nossa Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, a Deputada Federal Leandre Dal Ponte, e o Secretário e também Deputado Federal, Beto Preto. Essa cerimônia, que se realizou na sede da Organização Pan-Americana de Saúde, que integra a Organização Mundial de Saúde – que é um braço também da Organização das Nações Unidas –, é muito importante para o cuidado das pessoas, especialmente as pessoas idosas do nosso Estado. Com o selo, o Estado passa a fazer parte da rede global de cidades e comunidades amigas das pessoas idosas e de um grupo de países e estados reconhecidos pela eficiência em seus programas e experiências para tornar os ambientes urbanos mais acolhedores, seguros e acessíveis para todas as idades, mas especialmente para as pessoas idosas. O Paraná agora faz parte, ao lado de estados das províncias do Japão, México, Austrália e Canadá, dentre vários países. Somos o primeiro estado, ente subnacional, certificado da América do Sul para essa rede global de comunidades amigas da pessoa idosa. Essa rede reúne um pouco mais de 1 mil e 700 membros, a maior parte delas, cidades. E vale destacar, senhoras e senhores, que, dos 51 municípios brasileiros que fazem parte dessa rede, 31 cidades são do nosso Estado do Paraná, ou seja, 75% das cidades certificadas pela Organização Mundial de Saúde no Brasil, 75% delas estão no nosso Estado. A instituição considera como Comunidade Amiga da Pessoa Idosa aquela que trabalha para ampliar, por meio de políticas, serviços e estruturas, as oportunidades de participação das pessoas idosas na vida cotidiana da sociedade, de forma que o envelhecimento transcorra de forma saudável, sem discriminações, com dignidade e autonomia. Uma cidade ou comunidade amiga das pessoas idosas é um lugar que adapta seus serviços e estruturas para ser mais inclusivo e receptivo às necessidades de sua população, para melhorar a qualidade de vida à medida que essa população envelhece. A cidade amiga incentiva o envelhecimento saudável, otimizando recursos para melhorar a saúde, a segurança, a inclusão das pessoas idosas em todos os ambientes da



comunidade. Um ambiente, portanto, amigo da pessoa idosa é um lugar melhor para toda a população. De acordo com a organização, o Paraná vem trabalhando para ampliar as garantias de direitos para essa faixa da população. Foram destacados os programas do *Condomínio do Idoso*, que é um projeto habitacional, o *Viaja Mais Paraná +60*, que promove lazer e turismo às pessoas idosas, a Carteira da Pessoa Idosa, o Transporte Intermunicipal Gratuito e também o programa de financiamento habitacional para idosos, recentemente lançado pelo nosso Governador, *Casa Fácil Paraná*, que oferece um subsídio de R\$ 80 mil para a entrada da casa, destinado a pessoas com mais de 60 anos e que não possuem ainda um imóvel. Essas, entre outras ações, foram implementadas a partir da implantação, por parte da administração do nosso Governador Ratinho Junior, de uma Secretaria específica, liderada pela nossa Secretária Leandre Dal Ponte, que instituiu o Programa *Paraná Amigo da Pessoa Idosa*, voltado a fortalecer o apoio aos municípios paranaenses na organização de ações e estratégias em prol das pessoas idosas. De lá para cá, o número de cidades paranaenses que já receberam esses selos se multiplicou, passando de apenas uma cidade em 2018, para as atuais 38, entre elas a cidade de Curitiba. A curva de longevidade é crescente. Hoje, 11,3% da população paranaense tem 65 anos ou mais, e a estimativa é que a proporção chegue a 30% até 2050, ou seja, cerca de mais de 3 milhões de pessoas vivendo no Paraná. Durante também a nossa estada na Organização Pan-Americana de Saúde, tivemos um debate de alto nível com o Presidente e o quadro que assessorava todas as políticas, especialmente na área do sistema de saúde. O Diretor de Serviços de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde, Dr. James Fitzgerald, disse: “*O Paraná é um exemplo notável no Brasil, o Estado se tornou líder regional e institucionalizou a agenda da pessoa idosa como uma política pública estadual*”. Ainda como parte das atividades da viagem da Comitiva do Sr. Governador a Washington, pude participar, junto com o Governador Ratinho Junior, de uma reunião técnica com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, onde foi



apresentada ao Presidente a criação de um fundo estratégico para o Paraná, não só para o desenvolvimento social e econômico, mas visando à sustentabilidade fiscal e ao enfrentamento de possíveis e eventuais desastres, como também foi discutido o apoio a programas estaduais de cuidado às mulheres e às pessoas idosas, entre outros temas de relevância para o nosso Estado. Feliz porque estamos vivendo mais e em grande medida também pelos avanços da saúde; agora precisamos garantir qualidade de vida para todos esses anos de vida que temos. O *Paraná Amigo da Pessoa Idosa* é um grande passo nesse sentido e o Paraná mostra para o Brasil e para a América Latina um exemplo de adoção de políticas públicas que transformam a vida das pessoas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Primeiramente, meu respeito e minha admiração a todas as pessoas que lotam a galeria desta Assembleia Legislativa do Paraná, são aqueles que se responsabilizam dia e noite para a construção de uma cidade limpa e sustentável: as pessoas que coletam os recicláveis. A vocês, minha homenagem. (Aplausos.) Gostaria também de relembrar a esta Casa que ninguém tem o poder de silenciar o choro das mães que perdem os seus filhos; ninguém cala o soluço dos órfãos, que já não são mais assistidos pelos seus pais; ninguém censura o clamor dos oprimidos; ninguém, por mais arrogante e prepotente que seja, tem em mãos o poder de censurar o povo. Porque diz a nossa Constituição que todo o poder pertence ao povo. E eu, não mais e não menos do que ninguém, sou representante do povo. Aqui nesta Casa, sigo sendo perseguido, não por eventuais erros, mas sim pelos meus acertos. E esse processo que retirou de mim as prerrogativas para que eu pudesse falar é exemplo disso! Porque diz ele, nas canetas e na tinta carregada de ódio da Deputada Márcia Huçulak, que eu, Deputado Renato Freitas, não represento os



Parlamentares desta Casa. Não sei se ela é fã ou *hater!* Porque não estou aqui de fato para representar os Parlamentares, cujo patrimônio é milionário em sua grande maioria, incluindo aí os representantes da extrema-direita, Deputado Ricardo Arruda, Deputado Tito Barichello e poderia citar tantos outros que declararam ter milhões e milhões de reais de patrimônio. Ora, não nasci para representá-los. Eu represento o povo. A minha mãe, empregada doméstica, imigrante paraibana. Meus trabalhos em carteira registrada são de empacotador, de repositor, de vendedor, de subemprego, sub-remunerado, subcidão, morando em invasão, em submoradia, sendo visto nessas cidades como sub-humano. Então, obviamente, eu não abaixarei a cabeça, não serei capacho, não me venderei por Emendas Parlamentares, não jogarei o *jogo dos ratos*. Eu denunciarei, como denunciei a corrupção; mas não só denunciei, não levantei palavras em falso, eu provei que aqui nesta Casa há corrupção, disse quem era o corrupto, como se deu a corrupção e quanto era o dinheiro. E pergunto a vocês, que são povo assim como eu, com muito orgulho: aquele que foi denunciado por corrupção foi censurado, punido, silenciado, cassado? Não! Não, continua Presidente, com prestígio dentro desta Casa. E eu? Fui censurado, processado. Silenciado, censurado, processado por ter dito a verdade. E quem fala a verdade não merece castigo. Por isso, tive fé, perseverança, caminhei e essa decisão injusta e absurda, encomendada pelos coronéis de plantão e executada pelos lacaios da política, essa decisão caiu por terra, porque está escrito: *quando o povo não puder fazer o seu clamor por justiça, até as pedras das ruas falarão*. E falaram nas filas dos mercados, dentro dos ônibus, nas fábricas, nas filas do desemprego crônico, dentro das fazendas de muitos que trabalham com mão de obra escrava. Os boias-frias em seus alojamentos falaram, o Brasil fala, porque, quando eu digo, eu expreso, expresso a opinião de milhares do povo. O que eu falo aqui é o que cada um de vocês gostaria de falar e fazer aqui, porque estamos cansados de estarmos com uma senha na mão, olhando para um painel viciado que nunca nos chama, que tenta nos convencer de que o nosso lugar é a fila, a fila para ser



atendido na saúde, a fila para conseguir um emprego, a fila para pegar um ônibus, a fila para matricular o filho na creche. A fila, a fila, a fila... Agora é hora de não ter mais fila, porque chegou a nossa hora e a nossa vez. Hoje, na Assembleia Legislativa do Paraná, o povo tem voz. Eu me sinto honrado por vir aqui e dar o meu testemunho, por mais simples, mais singelo, mais insignificante. Afinal de contas, não tenho grandes pretensões na política. Amanhã ou depois, sei que posso ser cassado, porque ninguém nunca veio aqui e disse a verdade afiada, cortante, sangrenta, expondo coronéis, deixando o rei nu. Ninguém! Nunca! E isso tem um preço. Eu, Renato Freitas, estou disposto a pagar esse preço. Tenho 41 anos, há 30 anos eu estava na Vila Macedo, em Piraquara, em um barraco de madeira, na beira de um córrego, vendo meus irmãos morrerem por absolutamente nada, por migalhas, e hoje a vida que aqui arrisco não é à toa, não é de graça, não é por nada. Quem tem um por que viver sempre encontra... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Quem tem um por que viver sempre encontra um por que viver: sonhos. Os sonhos que nascem nos barracos de madeira, fora do cartão-postal, são para os humildes lâmpada para os pés. Então, que consigamos fincar o pé no presente, despertar para dentro e permanecer sonhando, porque é possível, eu sou prova disso. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Marcio Pacheco. Deputado Marcio, vou preservar seu tempo, peço ao Deputado Gugu que faça a leitura das Mensagens encaminhadas pelo Governo.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhor Presidente, damos conta que recebemos a **Mensagem n.º 79/2025**, do Governador do



Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 690/2025**) que altera a Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e dá outras providências; **Mensagem n.º 80/2025**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 691/2025**) que altera a Lei n.º 21.736, de 6 de novembro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Goioerê, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 81/2025**, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 692/2025**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de São Jorge do Ivaí, do imóvel que especifica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos que nos acompanham, o que me traz nesta tarde a esta tribuna, Sr. Presidente, não é nada agradável e, com toda sinceridade, não gostaria de estar aqui para falar sobre este tema, mas entendo que é necessário e que é importante. Talvez possamos trazer um pouco de luz, um pouco de equilíbrio para a maneira com que essa situação de que vou discorrer está sendo conduzida. Ocorre que em Cascavel – na Arquidiocese de Cascavel – todos fomos tomados por uma grande perplexidade com as notícias de que um membro do clero, um padre teria abusado de alguns adolescentes, de algumas pessoas de menor idade, no município de Cascavel. Ato contínuo a isso, essa denúncia foi levada à Arquidiocese. Dom José Mário, nosso atual Arcebispo, de imediato determinou a suspensão desse padre, o afastamento das suas atividades, e a Polícia Civil iniciou uma grande investigação em torno dessa situação.



Evidentemente, o fato tomou uma repercussão muito grande, e com a devida razão de ser. Então, a Arquidiocese de Cascavel emitiu uma nota oficial dizendo o seguinte: *“Queridos irmãos e irmãs em Cristo, chegaram ao conhecimento desta Arquidiocese graves denúncias envolvendo membros do Clero. Diante disso, reafirmamos nossa fé em Jesus Cristo, o caminho, a verdade e a vida, nosso compromisso com a verdade, a justiça e a correção de rumos. Como medida imediata, a Arquidiocese determinou a suspensão cautelar do exercício público do ministério do sacerdote mencionado, conforme as normas da Igreja, e adotou providências internas para apuração rigorosa dos fatos. Lamentamos profundamente e nos solidarizamos com as vítimas oferecendo acolhimento espiritual e psicológico. Nossos canais de escuta estão abertos através do telefone (45) 3225-2324 e através do e-mail da Cúria. Reiteramos que a Igreja não compactua com qualquer forma de abuso. O Papa Francisco recorda que não se pode impor qualquer vínculo de silêncio sobre quem denuncia abusos ou sobre quem foi vítima. O silêncio forçado não faz parte do Evangelho. Por isso colaboramos integral e irrestritamente com as autoridades policiais, ministeriais e judiciais, entregando todas as informações necessárias e sem criar qualquer obstáculos às investigações. Sabemos que toda a comunidade sofre com essa situação. Também nós nos reconhecemos feridos por fatos que contradizem o Evangelho. Confiantes na misericórdia de Deus, pedimos oração por todos, pelas vítimas, por suas famílias e pela conversão de quem errou. Que a verdade prevaleça, a justiça seja feita e a caridade nos conduza. Fraternamente em Cristo, Dom José Mário Scaloni Angonese, Arcebispo Metropolitano de Cascavel.”*

Então, Sr. Presidente, o que nos traz nesta tarde são esses fatos. e que nós também, evidentemente, queremos, através desta tribuna, transmitir a nossa solidariedade às vítimas, às famílias das vítimas que sofrem muito com essa situação. Também queremos, evidentemente, com muita lucidez declarar o nosso apoio incondicional às forças de segurança pública – todas –, a Polícia Civil que vem fazendo as investigações. Porque o que todos queremos é a investigação



baseada nos fatos, na verdade, para que se promova a justiça e que o responsável ou os responsáveis por esses fatos recebam o rigor da lei. É o que defendemos. Por que quem, em bom senso, não repudia, não vê como repugnante qualquer tipo de abuso? Qualquer tipo de abuso. Em se tratando de adolescentes, de crianças, pior ainda. De qualquer forma, faz-se também importante destacar, a forma com que essas situações vêm sendo exploradas no município de Cascavel. Temos que pedir que as investigações e que as divulgações sejam feitas com as devidas responsabilidades e com a devida sensibilidade que o caso envolve. Envolve questões de fé, envolve questões de abusos que são repugnantes e, ao mesmo tempo, envolve, direta e indiretamente, muita dor, muita gente sai machucada desse processo. Gente inocente, gente que faz parte das comunidades onde o padre atuou. A própria Igreja, no seu todo... quantas pessoas estão sendo, neste momento, muito magoadas, machucadas sem terem participação alguma nesse processo? A Igreja de Cascavel, a Arquidiocese de Cascavel tem 48 anos de existência. Centenas de padres já passaram por essa Arquidiocese. Centenas! Graças a Deus, nunca antes desse fato houve qualquer situação envolvendo o Clero ou membros da Igreja dessa natureza, Deputado Doutor Leônidas. Temos, neste momento, na Arquidiocese de Cascavel 74 padres. Não nos parece justo que, de maneira generalizada, através da maneira com que se expõe essa situação, toda a Igreja, todos esses padres, todo o Clero seja, de alguma maneira penalizado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Na sequência, Deputado Romanelli. Então, acredito que uma investigação que busque a verdade, que busque a justiça, mas com o devido cuidado, a devida cautela, devida prudência, seja adotada por respeito a todos, por respeito às vítimas e por respeito às pessoas



inocentes que acabam sendo vítimas desse processo sem dever nada. Então, quantos e quantos homens se entregam, entregam a sua vida a Deus, entregam a sua vida à Igreja, entregam a sua vida à comunidade para fazer o bem, para promover ações sociais, como é as Caritas, por exemplo; as Pastorais que se preocupam com tantas pessoas, que cuidam de tantas vidas com a finalidade resgatar almas e que, neste momento, estão todos estarrecidos, mesmo com atitude enérgica do nosso Arcebispo Dom José Mário que, de imediato, já tomou a providência de suspender esse padre – a quem quero cumprimentar pela firmeza com que vem conduzindo, inclusive essa situação. Então, quero fazer, nesta tarde, esta fala no sentido de buscar, pedir que venha a luz, que venha a responsabilidade, que venha a sensatez sobre quem tem o poder de levar a informação e sobre quem tem o poder de investigar. Passo a palavra a V.Ex.^a, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Marcio Pacheco, primeiro quero cumprimentá-lo por ir à tribuna tratar desse tema. Todos sabem, como V.Ex.^a, também sou católico e acompanhamos com dor e pesar o comportamento de um membro da Igreja, diferente de alguns que *passam pano* – não é o caso. Mas eu queria dizer o seguinte: hoje, inclusive, fiz uma fala, nas minhas redes sociais, em defesa da memória de um grande líder religioso que foi Arcebispo de Cascavel e que conheci durante a vida toda, o Dom Mauro. Dom Mauro está tendo a memória dele e a história de vida dele, a reputação dele está sendo assassinada. Assassinada por autoridades da área policial que – entre nós aqui –, ao invés de deixar com as autoridades locais fazer as investigações necessárias, ao pretexto de aparecer na mídia, se emite juízo de valor. Ao mesmo tempo, faz quatro anos que o Dom Mauro faleceu – faleceu em março de 2021, pouco depois de eu ter conversado com ele a última vez, faleceu por covid. E veja, como é que é possível alguém que não está nem aqui para poder se defender ficar sendo acusado, quando, na verdade, o sacerdote que é acusado, que está preso... E aí



se faz o julgamento como se o Dom Mauro tivesse alguma responsabilidade sobre o caso. O que quero dizer, eu só quero completar o raciocínio aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Obrigado. Digo assim: não é possível! A RPC mesmo fez uma matéria completamente sensacionalista. Não tem cabimento. O Dom Mauro faz quatro anos que está morto. Não é possível como um líder espiritual da grandeza do Dom Mauro tenha a memória dele atacada dessa forma. Acho que temos que ter um limite. Falamos das redes sociais, mas reconheçamos, também a mídia normal tem que ter um limite de relação ao ataque da memória de um grande líder, como foi o Dom Mauro, Arcebispo de Cascavel, que, infelizmente, não está aqui mais para se defender. Mas parabéns por ter levado o tema à tribuna.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Obrigado, Deputado Romanelli. Gostaria de pedir ao Presidente que me desse só o tempo necessário para concluir, porque o raciocínio é importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Eu lhe concedo, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): O que quero pedir apenas, então, Deputado Romanelli, agradecendo vossa consideração, é que haja o devido equilíbrio e que cada um faça o seu papel. Que o Secretário de Segurança Pública, que tem o seu papel de dar todas as condições para que se façam as investigações, cumpra o seu papel. Que a autoridade policial que está fazendo a investigação faça as investigações com todo o rigor e que fale, de maneira



especial... Qualquer pessoa que fez um pouquinho de Direito, conhece um pouquinho de Direito sabe que o local adequado para a autoridade policial falar é nos autos, e que a nossa imprensa tenha o devido cuidado para trabalhar essa situação, trabalhar esse tema, porque não pode uma situação manchar a imagem de quem tem uma história concreta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): ... uma história concreta, de longa data construída, uma Igreja e uma Arquidiocese que têm uma longa história. Tem investigação, tem denúncias; que se façam as investigações, mas que se cuide com a história da Igreja, dos padres e de quem tem a história, que não estão aqui mais para se defender. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham nesta Sessão Plenária, hoje, Presidente, eu não ia falar, ia aliviar o meu colega Deputado Arilson, do PT, ia dar um dia de folga para ele aqui na tribuna. Não por falta de assunto, assuntos polêmicos tem, mas hoje não ia falar. Só venho a esta tribuna aqui porque, como meu nome foi citado pelo Deputado Renato Freitas, quero iniciar dizendo que não tenho nada contra a pessoa física do Deputado Renato Freitas, os nossos debates aqui nunca envolvem pessoa física, envolvem ideologias, opiniões diferentes... o que o Parlamento nos permite dizer. Mas, infelizmente, o Deputado Renato Freitas gosta de ir na pessoa física, não sei qual é o problema. Sei que ele fala isso para a mídia dele, vai publicar na *redinha* social dele, que ele é o cara, que ele veio lá de baixo, ele sempre se vitimizando, sei como é que a história, mas nós sabemos que o Renato Freitas fez no verão passado, todo mundo sabe. Inclusive a inteligência



da Polícia Militar, não é? E não é nada assim tão simples não, não é! É muito grave o que tem de informação a respeito desse cidadão, então, Deputado Renato Freitas. Ele, quando Vereador, já foi cassado o mandato dele por invadir igreja durante uma missa, que é um crime federal, e foi protegido pelo Ministro Barroso – mais uma vez o STF invadindo o Poder Legislativo. Sofreu uma penalidade aqui, o Desembargador alegou algum argumento no Regimento Interno, que será revisto por esta Casa. Mas, Renato Freitas disse que... Primeiro acusou alguns de ladrões aqui – não deu nome –, aí diz que alguns são milionários, que declaram aqui. No meu caso... que ele citou o meu nome aqui não sei por quê. É porque eu sou de direita, será? Por que eu sou Bolsonaro? Quem sabe. Mas a minha vida, eu fiz carreira no mercado financeiro, 30 anos. Comecei como assistente de gerente, terminei como Presidente de Banco Comercial em São Paulo. Óbvio que ganhei meu dinheiro honestamente, tudo declarado na minha pessoa física e na minha jurídica; se ele achou muito na pessoa física, na jurídica é muito mais. Mas isso aqui foi trabalho limpo, diferente do Presidente atual do País, o qual pertence ao partido de que o Renato Freitas faz parte, que é o PT. Alguém tem alguma dúvida de onde vem a fortuna do Lula e dos filhos dele? De mensalão, de petrolão, a roubalheira toda que sempre foi e continua tendo no Brasil. Então, realmente ele fala uma coisa e se contradiz, o partido dele é o partido mais corrupto do Brasil ou do mundo. É escancarado isso, não sou eu que estou dizendo, a Justiça disse. Lula foi julgado em primeira, segunda e terceira instância, condenado em todas elas com mais de 3 mil provas. Teve todo direito à presunção de inocência, diferente do Bolsonaro, que não está tendo nenhuma. Ao invés de ser julgado na primeira instância, como deveria ser, o STF mudou o entendimento em 2024 para que ele fosse julgado no STF e não tenha direito a se defender. Se for condenado, está condenado. Essa é a diferença. Pior que o corrupto teve todo o direito, e quem não tem crime não tem direito nenhum. É assim que a cabeça do PT pensa, é assim que a esquerda trabalha. O Renato Freitas não falou aos senhores que os acompanham aqui também que ele não é



tão bonzinho assim, pois tem uma carta da ex-companheira dele dizendo que ele maltratava, que ele praticava violência de gênero com ela. Isso está aí para quem quiser ver! Quem não respeita a companheira que mora com ele vai respeitar quem? Você que votou nele? Ah, você vai ser enganado igual quem votou no Lula e esperou a picanha. Será enganado igual. Ele não contou, naquela tribuna lá, que ele mandou a funcionária dele embora grávida. Isso porque ele defende as mulheres. É, Renato Freitas, você não é tão bonzinho assim como o senhor diz. Conte a sua verdade, conta os 16 boletins de ocorrência que você tem: invasão da igreja, porte de drogas, ameaça. Conte que o senhor está condenado em 2.^a instância já. Por que você não conta a verdade ao povo, só conta o lado bom? Pelo amor de Deus, tem que ter vergonha na cara e dizer a verdade. Chega de mentira, meu Deus do céu! Renato, você podia ter ficado quietinho. Mas, não, foi lá bravatear igual o Lula está bravateando contra o Donald Trump. Vocês não perdem o momento de ficar calados. O senhor, Renato Freitas, invadiu o Muffato, o mercado, que tem uma denúncia nesta Casa também, e quase agrediu uma mulher, arrancou as compras da mão dela. O senhor acha normal isso? Invadir um setor privado para se manifestar? O seu direito termina onde começa o direito dos outros. O direito da manifestação é livre, embora a esquerda não ache, porque eles têm direito; quando o MST invadiu lá os três Poderes e quebrou tudo, ninguém foi preso por terrorismo, e agora os invasores do dia 8, sem arma nenhuma, sem brigar com ninguém, tudo condenado a mais de 15 anos. Este é o Brasil do Lula, este é o Brasil da esquerda de hoje em que vivemos. Estou dizendo tudo isso aqui para mostrar que eles não têm coerência na fala deles, eles se vitimizam, mostram uma verdade, mas não mostram toda a verdade.

Deputado Ademar Traiano (PSD): Deputado Arruda, gostaria de lhe fazer um aparte de forma muito educada, sempre dentro do meu perfil. O Deputado que sobe à tribuna como se fosse um anjo celestial, seu histórico não é o melhor possível, porque nós conhecemos. Aliás, seria importante fazer um exame



toxicológico de vez em quando para ver o estágio em que ele se encontra quando chega aqui, as aventuras que faz, as berrações. É lamentável, sabe! É um anjo, é um anjo. Esse cidadão, me parece que as portas do céu estão abertas, porque até o padre o perdoou, ele invadiu a igreja e o padre perdoou! Não sei, quem sabe um dia ele pague. Vai pagar, tenho certeza...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Corrupto! Corrupto, ladrão do dinheiro do povo falando...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Olha, se ele tomou um Red Bull, ele vai voar, sem asas, o anjo sem asas, mas...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não roubo dinheiro do povo, não roubo...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Renato Freitas, o Deputado Missionário respeitou V.Ex.^a na tribuna, agora ele está com a palavra.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Outra coisa, esse mesmo Deputado que critica os ricos, vocês sabiam que ele arrecadou, em 2023, mais de R\$ 1 milhão em uma vaquinha patrocinada por um ex-banqueiro, palestrante? Quando é para ganhar, venham os ricos a mim; quando não é, eu odeio os ricos. Assim é a esquerda. Arrecadou R\$ 1 milhão na vaquinha aí para ir ao núcleo periférico, porque ele coordena... Não conferimos ainda, vamos auditar, ver se foi gasto o dinheiro direito, mas, tudo bem, não é o caso agora. Mas, só para mostrar que eles vendem uma imagem que não são. Eles são de mentira. Eles falam dos ricos quando interessa agredir os ricos, e se fazem de pobrezinhos; quando o rico vai ajudar, venha a nós, meu Deus. Venha o dinheirinho para mim, venha o *dim-dim* para nós! Então o cara que arrecadou – ele não, o núcleo periférico, mas através dele – mais de R\$ 1 milhão em uma vaquinha patrocinada por um ex-banqueiro. O banqueiro que surrupia dinheiro do povo geralmente com tarifa, aí eles abraçam o



banqueiro. O cara que mandou, que maltratava a companheira dele, praticando violência de gênero, o cara que manda uma mulher grávida embora, que moral tem para falar de alguém? Se não respeita uma mulher grávida? Ora, pelo amor de Deus. O cara que invade igreja; o cara que briga com policial; o cara que defende maconha, usa maconha. Ora, meu Deus do Céu, não é anjo. Repito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Missionário, um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu jamais venho à tribuna aqui, só quando sou provocado, para falar de pessoa física de alguém. Debato ideias, e calorosas aqui – tivemos com o senhor; com o Arilson, direto; Tadeu Veneri, direto. Na pessoa física – é o que digo –, não tenho nada contra a pessoa física ou CPF do Deputado Renato Freitas. Temos contra as condutas e as mentiras que ele diz naquela tribuna lá. Essa capinha de anjo, com todo respeito, não vai colar. Está bom? Vamos em frente. Deus abençoe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Líder Hussein Bakri.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Segundo o Regimento da Casa, gostaria de, ao final das falas, fazer as Explicações Pessoais, tendo em vista que fui nominalmente citado aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Perfeitamente, Deputado.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Boa tarde, boa semana a todos e todas. Em primeiro lugar, queria me reportar ao Deputado Requião Filho. Não o vejo aqui da tribuna no Plenário, mas é sempre importante quando um Deputado traz a esta Casa um fato que precisa ser no mínimo investigado. É importante e é bom para o Governo, inclusive. O Deputado o fez com toda a educação, com todo o respeito e vou trazer a resposta para ele. O fato é um pouco inusitado o que ele traz, é bem complexo. Primeiro, sou totalmente favorável à isenção fiscal, principalmente porque, junto com ela, vem incentivo à geração de emprego e renda, que a rigor quem vai ganhar é o trabalhador. Hoje, o que as empresas querem são benefícios fiscais. Temos no Paraná um grande programa, que começou com o Beto Richa, se não me engano, que é o *Paraná Competitivo*, cada vez se aperfeiçoando mais – acho que o Romanelli se lembra. Aqui, o Deputado fala que existe um processo de isenção fiscal que se trata de outra coisa que não objeto que lhe foi destinado. Creio eu que possa ter havido algum erro, alguma falta de informação ou alguma coisa, mas vou trazer as respostas. Quero me reportar a todos os colegas que compõem a nossa Base e aos demais, sobre o Projeto que chega aqui hoje do IPVA. Quero que todos pensem comigo aqui hoje, porque devemos começar a votar hoje na CCJ, provavelmente; se tiver pedido de vista, amanhã. O nosso desejo é finalizar na segunda quinzena, dia 15, mais ou menos, esse Projeto, porque todos sabem que temos o princípio da anterioridade e temos que votar neste mês de setembro esse Projeto. A reflexão que quero fazer é a seguinte: algumas pessoas – e respeito a posição de cada uma – estão preocupadas com o possível decréscimo de receitas das prefeituras. É legítimo, cada um pensa da sua maneira, mas tenho uma explicação, na minha opinião, para lá de convincente. Moro em União da Vitória, na divisa com Porto União. Só lá, Deputado Anibelli, boa parte, ou quase todos os veículos estão sendo, neste momento, emplacados em Santa Catarina, como na divisa com o Mato Grosso, como na divisa com São Paulo. Grande parte dos paranaenses, neste momento, emplaca os seus carros em outros estados, porque a nossa alíquota é de 3,5% e nos outros estados é



menor. Então, só aí teremos, vamos dizer assim, uma migração de novos veículos para o Paraná. Os veículos novos que entram, esses já vão ser emplacados no Paraná. Terceiro, aquele cidadão que paga R\$ 3 mil, R\$ 2,5 mil, vamos dizer que dê *milão* de desconto, o que vai acontecer com esse dinheiro? Ele vira consumo, essa pessoa vai ter dinheiro para ir ao mercado, um pouco mais ou quem sabe arrumar o carro dele, ou quem sabe pagar o IPVA atrasado dele, que ele não tem condição. Então, fiquem sossegados...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Senhor Líder, me daria um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): O senhor trata muito bem da evasão fiscal, que acontece, infelizmente, no nosso Paraná. O Governador está de parabéns. Esta Assembleia Legislativa, que tenho certeza de que vai aprovar esse Projeto de Lei, está de parabéns. Sou motociclista, faço parte dos Abutres, lido com motociclistas que, da mesma forma que outros Deputados desta Casa, o Romanelli, trabalham com motocicletas de grandes cilindradas. Poucas motocicletas de grandes cilindradas estão registradas hoje no Paraná. A grande massa está registrada em Santa Catarina. Veículos de alto valor, como Ferraris, Porsches, Lamborghinis, estão todos em Santa Catarina, por causa da alíquota, que era 2% e a nossa 3,5%. Então, está de parabéns o nosso Governador, está de parabéns o Líder do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, pessoal, só queria dar esse depoimento e dizer da minha tranquilidade de que os municípios podem ficar sossegados, que não vai ter um decréscimo acentuado de receitas. Outra coisa, o Paraná, Deputado Marcio, vive um dos seus melhores momentos. Alguns vão dizer que dinheiro de custeio é uma coisa e dinheiro de investimento é outra, tudo



bem, mas quantos municípios estão recebendo asfalto do Governo para a cidade inteira? Nunca vi coisa igual na minha vida. Tem município que está sendo asfaltado na cidade inteira. Certamente, algum recurso do caixa seria destinado para esse asfaltamento e, hoje, o Paraná está colocando tudo. Pois não, Deputado.

Deputado Marcio Pacheco (PP): Deputado Hussein, nosso Líder, quero me somar à fala do Deputado que fez o aparte antes. Cumprimentar V.Ex.^a pela manifestação e dizer do nosso incondicional apoio a esse Projeto, que merece os nossos aplausos de pé ao nosso Governador Ratinho Junior. Pergunte para o cidadão paranaense o que ele acha de reduzir carga tributária, especialmente, naquilo que vai no seu bolso, que é pagar menos pelo IPVA do seu carro. Eu estava na semana passada conversando, Deputado Hussein, com um amigo meu, empresário, que tem um apartamento em Camboriú. Ele falou: *“Deputado, o governador foi muito sábio ao tomar essa iniciativa. Os meus quatro carros – ele falando –, tenho quatro carros que estão todos, hoje – porque tem um apartamento em Camboriú – registrados em Santa Catarina. Agora, com essa baixa vou trazer todos para cá”* – porque ele mora em Cascavel. Então, estou dando um exemplo, certamente, de milhares que vão acontecer e que vão, por conta disso, compensar esses eventuais gastos, prejuízos que podem ter os municípios. Então, parabéns a V.Ex.^a. Parabéns, ao nosso Governador Ratinho Junior.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, queria só dizer o seguinte: coordeno nesta Casa a Frente Parlamentar Municipalista. Analisando a fundamentação jurídica e técnica que foi feita pela Secretaria da Fazenda, o IPVA cresceu, entre 2018 e 2024, o repasse cresceu 43% para os municípios paranaenses, ou seja, em termos reais, não estou falando nem da inflação. O fato



concreto é o seguinte: também tivemos um incremento muito robusto na receita do ICMS, até pelo crescimento da economia. Então, penso assim, que o Governo tem tido a preocupação de dar sustentabilidade para os municípios, considerando que 25% de ICMS vão para os municípios e 50% de IPVA também para os municípios. Não tenho dúvida de que as compensações são fruto do crescimento da economia e do desenvolvimento do nosso Estado. Esse é um tema que temos que aprofundar, mas não tenho dúvida. O que eu queria fazer uma sugestão no Projeto, se V.Ex.^a me permite, é que também esse documento mostra que estamos hoje com R\$ 1 bilhão e 300 milhões para receber de inadimplentes, com o IPVA. Entendo que, se no Projeto de Lei concedêssemos também uma alíquota de 1,9% para quem regularizasse o valor do IPVA, certamente, poderíamos ter uma receita extraordinariamente importante ainda no exercício de 2025, fechando a conta e abrindo o exercício de 2026. É um tema que acho que podemos debater no processo legislativo, que não caracterizaria renúncia de receita, ao contrário, receberíamos um recurso que hoje não está no caixa do Estado e nem dos municípios. É isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, Deputado.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado Líder Hussein, da mesma forma, seguindo a fala do Deputado Romanelli sobre inadimplência. O Governo do Paraná demonstra coragem e vai ser uma referência também para outros estados e para todo o Brasil, redução de impostos é algo extremamente corajoso e moderno, porque não tenho dúvida nenhuma de que vamos reduzir inadimplência, vamos criar novas oportunidades de novos negócios e aumento de comércio. Tenho certeza que os paranaenses vão comprar mais carros e, com isso, vai



acontecer a compensação. Só para o senhor ter uma ideia, Deputado Hussein, o aumento das taxas, da “taxa da blusinha” que foi feita pelo Governo Federal, foi solicitado o aumento da taxa das blusinhas, e com o aumento se arrecadou quatro vezes menos do que o previsto, e reduziu o consumo de R\$ 14 milhões. O tributo, aprovado em junho do ano passado, impõe cobrança de alíquota de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. O Governo esperava arrecadar mais aumentando impostos, e foi exatamente ao contrário, diminuir impostos aquece a economia. Parabéns pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero finalizar aqui, Sr. Presidente, tenho um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tenho alguns Prefeitos que eu represento, Deputado, um número significativo, e conversei com Prefeitos e Prefeitas, um por um que represento, todos eles foram unânimes em apoiar esse Projeto do Governo, eles entendem que não vai haver queda nenhuma de receita. Mas muito mais do que isso, eles entendem a oportunidade única que o cidadão comum e a cidadã tem de ver um imposto baixar, há tantos e tantos anos esperado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados. Pessoal que está aqui conosco hoje, na figura da Lia, que representa o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, quero saudar vocês. Sejam bem-vindos aqui à Casa. (Aplausos.) Obrigado. Eu vim aqui hoje para falar de uma operação, Operação Carbono Oculto e o Paraná. Desde a



semana passada, o Brasil está acompanhando a Operação Carbono Oculto, uma ação da Receita Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo, onde foram cumpridos vários mandados de busca e apreensão em oito estados, incluindo o Estado do Paraná. O objetivo é desarticular um esquema bilionário que envolve *fintechs*, fundos de investimentos e empresas em setores estratégicos. Quero aqui parabenizar o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, e falar um pouquinho disso. *Mas, Arilson, o que isso tem a ver com o Paraná?* Tem muita coisa. E aqui vou elencar alguns elementos que são desde a minha história da entrada aqui nesta Casa. Venho criticando a modelagem adotada pelo Governo Ratinho Junior de se fazer licitação, concessão, privatização e terceirização aqui dentro, modelos que permitem a participação de pessoas que nem sequer são identificadas, através de fundos, *fintechs* etc, e outros nomes dados aí do mercado. Aquela devoção em se trocar o Palácio do Iguaçu pela Faria Lima chegou a um ponto de alerta. Achar que tudo o que se faz na B3 está certo... O recado chegou. E aqui vamos analisar quatro casos. Não estou chamando o Governo de corrupto e não estou acusando ninguém, estou relatando o que a imprensa está colocando. A *CNN Brasil* revelou que o terminal PAR50 em Paranaguá é investigado como porta de entrada ilegal de metanol. Em novembro de 2023, já alertamos aqui como se deu esse processo e que esse processo não teve explicação por parte do Governo, que foi vendido um terreno de uma área imensa, de oitenta e poucos mil metros, por R\$ 1 milhão, e depois esse mesmo terreno, em prazo de nove meses, vendido por R\$ 36 milhões. O que eu estou colocando? O método em que deu um participante apenas. A forma que foi conduzido o processo não é diferente de outros. *Cartão Comida Boa*, empresa também citada, a *fintech* BK Bank, citada na operação, foi contratada pelo Governo do Paraná por R\$ 100 milhões – recebeu R\$ 100 milhões e R\$ 120 milhões nos dois últimos anos – e agora o Governo, acertadamente, suspendeu o contrato. Por que estou falando isso? Estou falando que a forma com que são feitos os contratos permitem pessoas que não são identificadas



participarem do processo. Não estou falando aqui – viu, Líder Hussein Bakri – que o Governo sabia disso, não se trata disso, o *modus* com que são feitas as coisas permitem isso. Vamos lá, vamos privatizar a Copel. *Ah, vamos chamar o Banco Genial para fazer o processo de modelagem.* Fez a modelagem do processo, mesmo modelo denunciado aqui por muitos Deputados do que a Copel estava, aparece agora que o Banco geria fundos. E quem garante que esses fundos não compraram ações da Copel? Quem garante? Não há uma garantia, porque a regra adotada para se fazer o processo de privatização, venda, terceirização, licitação ou o que mais que é usado não pode permitir que grupos econômicos não identificados participem de processos do nosso patrimônio público aqui dentro. Outro exemplo, a Reag. A *Folha de S.Paulo* e *O Globo* colocam que a Reag Investimentos, como alvo também da operação, uma gestora de mais de R\$ 300 bilhões. Uma gestora desse porte participa de estudos e fundos para financiar estruturas, ganha, e nós sequer sabemos quem são as pessoas que deram o dinheiro para formar o fundo da Reag para ela gerir esse processo. Ou seja, essa modelagem, isso não é, Deputado Hussein, um erro só do Paraná, quando se adotam modelagens que permitem isso, permitimos que possa haver indícios de irregularidades. Nós aqui, nesse intuito, queremos fazer um apelo, sabemos que a Celepar está a um passo de ser privatizada, e temos discutido aqui para que ela não seja privatizada pela importância de desenvolvimento que ela tem ao Estado por conta do sigilo dos dados, das informações estratégicas dos dados. Vocês imaginam os dados da Celepar, em um momento desse, onde estariam? Com a possibilidade de um fundo não sei de onde ganhar um processo de privatização da Celepar e nós nem sabermos quem são as pessoas que compõem o fundo? Então, a nossa preocupação é que não passemos de novo por esses processos. Vou refletir aqui, o Porto foi um caso, a Copel é outro caso, o *Cartão Comida Boa* é outro caso. Claro, não estou dizendo que houve, mas que pode ter problemas pela forma com que é conduzido o processo de participação a membros não identificados e a fundos formados do jeito que a B3 quer. A B3 não



é Deus. A B3 não é Deus! Tem que parar com esse pensamento. A Faria Lima mostrou que o desenho organizado por eles, que os métodos de composições de administrar fundos, investimentos, *fintechs* etc, permite que tenhamos o que está sendo exposto nacionalmente nos últimos dias. Portanto, o Governo do Paraná, neste momento, tem que, de forma imediata, parar o processo de privatização da Celepar, para não permitir mais isso. Tudo o que foi comemorado, tudo, lá na B3 pelo Governo aqui, hoje sabemos que podem ter outros interesses e outras pessoas. Tudo bem que na vez que foram lá comemorar não sabiam que podia acontecer isso, mas agora está claro aí para nós que o mercado não tem compaixão, que o mercado não usa o coração como nós usamos, que somos reféns de um processo estritamente financeiro e, para que o lucro seja em exagero, pode ser que o sofrimento do povo também seja em exagero. Deputado Antenor.

Deputado Dr. Antenor (PT): Queria parabenizá-lo pelo posicionamento, que é bem abrangente, mas talvez pedagogicamente haja uma falha. Vossa Excelência não está falando para os Deputados, V.Ex.^a está falando para o Estado do Paraná. Aquilo que V.Ex.^a traz é importantíssimo. E tem que deixar às claras: por trás das *fintechs* estava o vínculo da Faria Lima com o PCC. Porque quando Tarcísio, quando outros Governadores vão à favela, matam, arrebentam os pobres, os sofridos, as vítimas do tráfico, muitas vezes, sai na televisão que essa é a melhor forma de combater o crime organizado. A melhor forma é o que o Haddad e o Ministro da Justiça fizeram: é sufocar, é garrotear os recursos e chegar na raiz, R\$ 50 bilhões rolaram por dentro das *fintechs*, isso que foi descoberto agora. É fundamental que deixemos às claras para o povo do Paraná que há vínculo com o crime organizado, não é algo que está tão bonitinho assim. Porque de repente estamos conversando entre nós e o povão não está *sacando* o que está se passando. Desculpe, mas vossa fala é muito importante para que não coloquemos os pingos nos is.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Cabe aqui, Presidente, um apelo de nossa parte, que instituimos, talvez por modelo de lei, não sei a medida jurídica ainda, a análise desses processos no futuro. Ao passado, a Justiça vai tomar providências – está aberta uma operação, vão ser feitas apurações. Agora, não podemos no futuro permitir essa modelagem que está aí! E achar que banco vai vir aqui vender a Copel pelo melhor preço... Está aí o resultado. E achar que administrar o *Cartão Comida Boa* por um fundo de nem saber... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): E achar que, só porque faz o leilão na B3, dar para uma *fintech* administrar o *Cartão Comida Boa* do povo não vai ter problema, está aí o resultado. Vamos valorizar o Paraná! Valorizar o Paraná são métodos que permitam a participação dos processos de paranaenses por primeiro. É isso que funciona! Temos que ter aqui transparência, porque a propaganda do *compliance* é uma maravilha, mas vocês viram o *compliance* se pronunciar sobre tudo isso? Não! Vocês viram o *compliance* funcionar em algum lugar desses? Não! Vocês viram alguma nota nesse sentido? Não! Então, temos que tomar cuidado. Volto a dizer: não sou eu quem estou falando, é a *Folha de S.Paulo*, é *O Globo*, é a *CNN* e tantos outros meios que expuseram uma operação que está no começo, mas temos que salvar o Paraná e não deixar os prováveis erros poderem se repetir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência agradece a presença da Eliane Bombardelli, Secretária da Mulher de Toledo, por solicitação da Deputada Maria Victoria; e do Vereador de Ivaté, Sr. Rubinho, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Solicito ao 1.^º Secretário que proceda à leitura das proposições protocoladas para conhecimento dos Deputados.



DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Senhor...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Explicações Pessoais é após a Ordem do Dia, Deputado Renato. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Secretária Márcia (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PDT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) **(48 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Batatinha (MDB), Cloara Pinheiro (PSD), Evandro Araújo (PSD), Mauro Moraes (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP) e Reichembach (PSD), **(6 Parlamentares).**]



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Solicito ao 1.º Secretário que faça a leitura das proposições protocoladas.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente.

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 693/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que institui o selo “Empresa Amiga da Inclusão”, destinado a reconhecer pessoas jurídicas que cumpram a Legislação de reserva de vagas para pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 694/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Encontro de Águas e Biomas, com sede no município de Loanda; **Autuado sob o n.º 695/2025**, do Deputado Doutor Leônidas, que institui no âmbito do Estado do Paraná o mês de julho como “Julho Laranja”, dedicado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual em crianças de 6 a 12 anos de idade, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 696/2025**, do Deputado Alisson Wandscheer, que altera a Lei n.º 10.065, de 20 de julho de 1992, que altera as divisas do município da Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n.º 9.213 de 26 de janeiro de 1990, conforme especifica; **Autuado sob o n.º 697/2025**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre diretrizes para prevenção e enfrentamento à veiculação de publicidade misógina, sexista ou que estimule violência contra a mulher no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 698/2025**, da Deputada Marli Paulino, que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos direitos da mulher e cria o Código Estadual da Mulher Paranaense, com o objetivo de instituir a Campanha Escola Segura, recomeço garantido, destinada a garantia de prioridade de matrícula na rede estadual de ensino a crianças e adolescentes



em situação de vulnerabilidade em decorrência de violência doméstica e/ou familiar; **Autuado sob o n.º 699/2025**, do Deputado Gilson de Souza, que institui a Política Estadual de Conscientização, Prevenção e Tratamento dos Malefícios Associados à Prática de Jogos de Apostas Online e Jogos de Azar no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 700/2025**, do Deputado Gilson de Souza, que institui a política estadual de apoio e orientação aos pais e cuidadores de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 701/2025**, do Deputado Doutor Leônidas, que concede o título de utilidade pública à Associação Mourãoense Trissomia 21 – AMO DOWN, com sede no município de Campo Mourão; **Autuado sob o n.º 702/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o evento West Steak Festival, realizado anualmente no município de Toledo; **Autuado sob o n.º 703/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Augusto Junho Anastasia; **Autuado sob o n.º 704/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que institui o Cadastro Estadual de Pessoas Envolvidas em Furtos e Roubos de Celulares em Eventos no âmbito do Estado do Paraná.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Já sei que todos os Deputados foram informados, mas quero convocá-los. Após o término da Sessão, teremos Sessão Extraordinária da CCJ para apreciação do Projeto do IPVA.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos aos Itens da pauta.

Temos 5 Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 455/2024, de autoria da Deputada Maria Victoria, que dispõe sobre o incentivo à descarbonização industrial no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 109/2025, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que institui a Semana da Imperatriz, a ser comemorada anualmente no mês de setembro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 571/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à PSI – Projeto Social Índio, com sede no Município de Maringá.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 621/2025, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação de Transformação Integral dos Valores Humanos – ATIVAH, com sede no município de Itaperuçu.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 652/2025, autoria da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Tânia Lopes Anselmo.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 581/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 1.625/2025, que altera a Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado



do Paraná, com a transformação da Comarca de Arapongas em Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana Londrina, e adota outras providências. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Secretária Marcia e Tercílio Turini (41 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Evandro Araújo, Luis Corti, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 581/2025.**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 575/2023, de autoria do Deputado Luis Corti, que dispõe sobre o credenciamento de pessoa jurídica prestadora de serviços na área de medicina veterinária para a inspeção sanitária e industrial em estabelecimento de produtos de origem animal no Estado do Paraná. Parecer



favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo geral; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Em 2.º Turno vamos apresentar uma Emenda para aperfeiçoar o Projeto. Neste momento é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição votará “sim”, também vai apresentar Emenda no 2.º Turno.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Corti é aniversariante, não sei se ele vai votar o Projeto dele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência parabeniza o Deputado Luís Corti, que está de aniversário no dia de hoje.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É amanhã, parece. Errei!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mas pede voto favorável no seu Projeto, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, quero agradecer esta honrosa oportunidade deste Projeto ter vindo à votação, e assumo compromisso de, no mérito, fazer a sustentação dele. Muito obrigado pela oportunidade.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (42 Deputados);
Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Thiago Buhrer (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 575/2023.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 330/2024, de autoria da Deputada Ana Júlia, que dispõe sobre o gerenciamento adequado de resíduos sólidos por parte dos grandes geradores e a destinação prioritária para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão o Projeto. Para discutir, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Para encaminhar, na realidade, Presidente. Primeiro, gostaria de pedir a atenção de todos os Deputados. Agradecer à Liderança do Governo pela aprovação deste Projeto na CCJ. E já pedir a todos os Deputados o voto favorável neste Projeto. Dizer que hoje estamos aqui com os catadores e catadoras... (Aplausos.) Estes que são os verdadeiros responsáveis



por uma política de sustentabilidade, de ecologia, de preservação ao meio ambiente. Agradecer à Lia e ao Sr. Carlos, representantes do Movimento Nacional dos Catadores, e dizer para todos os Deputados que, no momento em que o nosso País vai sediar a COP 30, no momento em que debatemos as mudanças climáticas e em que falamos tanto de preservar o meio ambiente, é preciso acima de tudo que ofereçamos condições de dignidade e de qualidade para o trabalho daqueles que fazem essa tarefa todos os dias e tornam possível o mundo mais sustentável, que são os catadores e as catadoras. (Aplausos.) E é por isso que este Projeto prevê que, a partir de hoje, está autorizado, no Estado do Paraná, que os grandes geradores destinem prioritariamente os seus resíduos sólidos às cooperativas de catadores. Isso é um avanço muito grande para conseguir melhorar o nível e a quantidade de materiais nas cooperativas, que, consequentemente, vai valorizar e melhorar a renda dos nossos catadores e vai mudar muitas vidas. Para implementar este Projeto, vamos precisar da ajuda de todos os Deputados e Deputados, e é por isso que peço carinhosamente o voto “sim” neste Projeto, mas, também, o compromisso desta Casa com os catadores e as catadoras do Estado do Paraná. Muito obrigada. (Aplausos.)

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, quero parabenizar a Deputada Ana Júlia por esta iniciativa. Fico feliz de ver esta Casa de Leis se preocupando com as catadoras e com os catadores. Este Projeto tem uma importância ambiental extremamente significativa e um imenso alcance social. Por isso, encaminhamos voto “sim”. Obrigado, Presidente. (Aplausos.)



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero parabenizar a Deputada Ana Júlia pelo excepcional Projeto de Lei e pela sua luta em prol daqueles que realmente precisam e fazem a diferença em nossa sociedade. Sem dúvida alguma, esse gerenciamento dos resíduos sólidos vai fazer a diferença na nossa sociedade. Meus parabéns, Ana Júlia, pelo teu trabalho, com grande admiração. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, queremos parabenizar a Deputada Ana Júlia pela brilhante iniciativa. A Liderança do Governo apoia e apoiará depois ainda, e o nosso voto é “sim”. (Aplausos.)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto favorável ao excelente Projeto e parabeniza a Deputada Ana Júlia. Voto “sim”. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Senhor Presidente, enquanto os colegas votam, quero avisar que, logo após a Sessão, teremos a reunião da Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos, que vai ser um Projeto só, então vai ser bem rápido. Vai ser ali na Arnaldo Busato. Obrigada.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero lembrar aos Deputados da Base que ainda não votaram, que o voto é importante, é “sim” para esta causa. Votem “sim”, colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (44 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach e Thiago Buhrer (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 330/2024.** (Aplausos.)

Para os Itens 9, 10 e 12 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 509/2024, de autoria do Deputado Do Carmo, que concede o título de utilidade pública à Associação Acqua Vida e Esportes de Maringá, com sede no município de Maringá Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 127/2025, de autoria do Deputado Reichembach, que concede o título de Utilidade Pública à AFB – Escola de



Aviação, com sede no município de Francisco Beltrão. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 256/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção e Valorização da Vida Animal – Amigo Bicho, com sede no município de Boa Vista da Aparecida. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, enquanto os Deputados votam, quero fazer um convite a todos. Na quarta-feira, dia 10 de setembro, às 14h30, esta Casa prestará uma homenagem ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e, na oportunidade, o senhor fará um importante anúncio de repasse de recursos para o HC. Convido todas as Deputadas e todos os Deputados, em especial aqueles que têm a sua base aqui na cidade de Curitiba. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson



*Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (42 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichenbach e Renato Freitas (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 144/2025, de autoria do Deputado Thiago Bührer e do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os eventos SESC Triathlon Caiobá e a Maratona Internacional de Foz do Iguaçu/PR. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Reafirmando aqui o compromisso dos colegas, CCJ em seguida. Precisamos deliberar sobre o Projeto do IPVA.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Denian Couto, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichenbach, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 144/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2209/2025, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública (SESP), requerendo informações acerca da Adesão do Paraná ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (CNPD); **Requerimento n.º 2208/2025**, da Deputada Ana Júlia, requerendo informações ao Instituto de Pesos e Medidas do Paraná - IPEM/PR sobre fiscalização de Postos de Combustíveis; **Requerimento n.º 2215/2025**, da Deputada Ana Júlia, requerendo informações à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, sobre a Transparência nos Contratos Vinculados à Lei n.º 22.006/2024; e **Requerimento n.º 2198/2025**, da Deputada Ana Júlia, requerendo



informações à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), sobre fornecimento de sensores de insulina no Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 2213 e 2214/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, acerca da implementação das Resoluções da Diretoria Colegiada - RDCS n.º 430/220 e n.º 653/2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, referentes às Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, no âmbito da Rede Estadual de Saúde; e na Rede Hospitalar Estadual Gerida pela Funeas. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2174/2025, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), encaminhando solicitação do município de Guaraniaçu referente à doação de veículo oficial; **Requerimento n.º 2175/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações ao Centro Cultural Teatro Guaíra, em celebração aos 140 anos de história, pelos relevantes serviços prestados à preservação, ao fomento e à democratização da cultura, constituindo - se em verdadeiro patrimônio artístico do Paraná e do Brasil; **Requerimentos n.ºs 2190 e 2191/2025**, do Deputado Nelson Justus, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa às Sr.^{as}: Claudia Rodrigues; e Ariclé do Rocio Marques Tosin, em reconhecimento ao trabalho em prol do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2192/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à APAE de São José dos Pinhais, pelos 50 anos de atuação exemplar em prol da inclusão e do respeito à diversidade; **Requerimento n.º 2197/2025**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.^s Humberto Luiz



Carapunhara, Benjamim Acácio de Moura e Costa e Ricardo Augusto Reis de Macedo e à Sr.^a Jaqueline Allievi, pela promoção ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 2199/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Museu Histórico de Cambé, pela celebração dos 40 anos de fundação, em 30 de outubro de 2025, em reconhecimento à trajetória de preservação da memória coletiva, de valorização da identidade paranaense e de promoção da educação e cultura na região norte do Paraná; **Requerimento n.^º 2203/2025**, do Deputado Gilson De Souza, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Policial Soldado William Roberto de Lima, ocorrido no dia 29 de agosto; **Requerimento n.^º 2204/2025**, do Deputado Jairo Tamura, requerendo em complementação ao Requerimento protocolado sob o n.^º 1872, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa aos Líderes e Participantes dos 50 anos da Convenção Estadual das Assembleias de Deus Ministério de Madureira no Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 2205/2025**, dos Deputados Ana Júlia, Fábio Oliveira, Professor Lemos e Requião Filho, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Coronel Bombeiro Militar Almir Possiedi Junior (Porcides), ocorrido no dia 25 de agosto, em Curitiba; **Requerimentos n.^ºs 2211 e 2212/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa a: Sr. Gomes de Oliveira, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Jaguapitã; e Sr. Daniel Gomes de Oliveira, Vice-Presidente da igreja evangélica Assembleia de Deus em Jaguapitã.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 2176/2025**, dos Deputados Gilson de Souza e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado



Alexandre Curi como coautor do Requerimento protocolado sob o n.º 2154/2025, alusivo à Semana da Pátria, de autoria do Deputado Gilson de Souza; **Requerimento n.º 2194/2025**, dos Deputados Luís Corti, Fábio Oliveira, Doutor Leônidas e Denian Couto, requerendo a constituição, o registro e a publicação da indicação da Liderança do Bloco Parlamentar do Podemos/Cidadania/Partido Socialista Brasileiro, que passará a ter como Líder o Deputado Luís Corti e como Vice-Líder o Deputado Fábio Oliveira; **Requerimento n.º 2195/2025** do Deputado Ney Leprevost, comunicando a sua ausência do País no período de 3 de setembro de 2025 a 8 de setembro de 2025, com recursos próprios, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 2200/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a indicação de membro titular e membro suplente para a composição da Comissão Especial de Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2025, sendo o Deputado Arilson Chiorato como membro titular e a Deputada Ana Júlia como membro suplente; **Requerimento n.º 2202/2025**, dos Deputados Requião Filho e Samuel Dantas, requerendo a inclusão do Deputado Requião Filho como coautor do Projeto de Lei n.º 232/2025, de autoria do Deputado Samuel Dantas.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2177/2025** do Deputado Bazana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2180/2025** do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 26 e 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2181/2025** da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2188/2025** da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2189/2025** do Deputado Hussein Bakri,



apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2196/2025** do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de setembro de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2178/2025**, do Deputado Thiago Bührer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2179/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2183/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2184/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2185/2025**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2186/2025**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2207/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2210/2025**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de agosto de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 2182/2025** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025.



Deferido conforme o art. 97, § 3º, V do Regimento Interno (em decorrência de audiência judicial, em suas diversas instâncias, mediante apresentação de ata ou declaração): **Requerimento n.º 2187/2025** da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de agosto de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2193/2025**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2206/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de agosto de 2025.

Requerimento Cancelado.

Requerimento n.º 2201/2025 do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de agosto de 2025.
Documento cancelado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Renato Freitas nas Explicações Pessoais, por 10 minutos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu, aqui nesta Casa, demonstrei o *modus operandi* corrupto do então Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, que, por ser Presidente, deveria ser exemplo. E hoje, por isso, sou perseguido. Apontei elementos da vida pública do Deputado e sou acusado, sem provas, por elementos da minha vida privada. Então, faço o que todos os brasileiros podem e devem fazer: diante de uma suspeita de uma notícia, joguei no *Google*. A *Gazeta*



do Povo – não é um jornal de esquerda, todos sabemos –, o que ela diz do Deputado Ademar Traiano, atualmente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça? Quadro Negro, Lava Jato, a polêmica Lei do Lixo no Paraná, entre outros escândalos que envolvem o Deputado Ademar Traiano, alvo de críticas após vir à tona o acordo que ele fez com o Ministério Público para se sair livre da acusação de corrupção, em que ele e outro Deputado exigiam o pagamento de R\$ 300 mil por conta de uma licitação no sistema de comunicação da Assembleia. Traiano assinou o ANPP com o Ministério Público do Paraná no fim de 2022. Antes de chegar a esse caso, no qual admite ter recebido propina para renovar contrato com a *TV Icaraí* para a produção de conteúdo para a Alep, o nome de Traiano foi citado nas operações Quadro Negro e Lava Jato. Ele também protagonizou o polêmico projeto que ficou conhecido como Lei do Lixo, que, após pressão pública, não avançou, para o recebimento de resíduos sólidos de outros estados. Sim, é isso! Ele queria, mediante muito dinheiro, obviamente, que é o *modus operandi*, receber lixo de outros estados. Mas o povo freou o ímpeto e a ganância do Deputado. E também os casos em que ele pagava salários acima do teto constitucional a servidores de seu gabinete, incluindo o próprio filho. Sim, Ademar Traiano burlava o teto constitucional para pagar salário exorbitante para o próprio filho. Agora o outro Deputado, Ricardo Arruda, que veio ali levantar falsas acusações. O que diz o *Google* sobre ele, ou melhor, o Portal G1 Paraná: “*Deputado Ricardo Arruda vira réu para o esquema de desvio de dinheiro público, tráfico de influência e associação criminosa*” aqui no estado do Paraná. E por isso o Gaeco invadiu o gabinete dele, pegou documentos e apreendeu computadores. Esse é o nível dos milionários, poderosos que fazem da vida pública aquilo que fazem na privada – é melhor nem dizer o quê. Hoje me perseguem e dizem que pratiquei violência política de gênero, então, aqui publicamente para o Estado do Paraná e para os demais Deputados, eu faço um desafio: se houver uma única prova ou mesmo uma acusação formal, ou seja, um boletim de ocorrência, uma notícia-crime de qualquer violência que um dia, no



alto dos meus 41 anos, eu tenha cometido contra qualquer mulher, amanhã eu venho aqui e renuncio ao meu mandato. Não digo isso da boca para fora. Digo porque conheço os meus passos. Sei quem eu sou e o que faço. Não admito acusações levianas, rasteiras. Não me coloco em paridade, no mesmo nível dos meus detratores. Exame..., se fizerem exame toxicológico em todos os Deputados, eu serei o primeiro a fazer. Amanhã? Amanhã farei, sem problema algum. Eu me orgulho da minha caminhada. Sou honesto, luto pelo povo, luto pelas distribuições das riquezas que o povo produz e poucos monopolizam. E aqueles que monopolizam a terra, o dinheiro, monopolizam também a política. E, geração após geração, exploram, espoliam, destroem, descartam o povo. Eu não admito. Eu não assisto a tudo de braços cruzados. Eu não me esconde em uma casa de boneca. Eu luto. Enfrento. Falo. Assumo os riscos. Tenho fé. E a fé não é palavra morta na boca de sepulcros caiados. A fé é a capacidade que temos de enfrentar riscos em nome daquilo que acreditamos. Tenho fé na justiça. Tenho fé na verdade. Tenho fé na força do povo. Por isso falo e represento o povo. E esses milionários, com dinheiro de origem duvidosa, fazem da carapuça uma luva e se queimam, se ardem, se mordem. E a boca deles fala o que o coração está cheio: ganância, egoísmo, vaidade, exploração, maldade. Mentirosa contumaz, Deputado Ricardo Arruda disse aqui, nesta Assembleia, que aqueles que praticaram os atos de vandalismo, depredação e golpismo no 8 de maio, eram petistas infiltrados. Para pouco tempo depois vir ali e dizer que queria anistia para os petistas infiltrados. Então, seria ele um petista infiltrado? Ou seria ele um ser humano perdido na mentira, que adota a mentira como forma e filosofia de vida? Portanto, um hipócrita, que não consegue sustentar o que diz. E por isso foi tido como traidor publicamente. Virou notícia pela própria família Bolsonaro. Disseram que ele não é confiável, que ele é mentiroso, que ele é traidor. Eduardo Bolsonaro, o maior dos traidores, – porque trai toda a pátria brasileira – disse que ele, Ricardo Arruda, é mais traidor ainda. Esse é o nível. Ademar Traiano, eu disse aqui, o senhor não é rei. Pelo o que vejo, a coroa dele caiu. E disse mais:



que ele era corrupto. Pelo que todos sabem, sim, era corrupto. Não quero guerra com ninguém, mas não admito ser tratado como menos, como menor, como inferior. Eu sou o povo, me respeitem!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, dia 2 de setembro, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária de terça-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 509/2024, 127/2025, 144/2025, 256/2025 e 581/2025, 2.^º Turno do Projeto de Lei Complementar n.^º 3/2025 e dos Projetos de Lei n.^{os} 575/2023 e 330/2024, 1.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 690/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 572/2025, 578/2025 e 646/2025; e **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** - Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.^º 3/2025 e dos Projetos de Lei n.^{os} 575/2023, 330/2024, 572/2025, 578/2025 e 646/2025, 1.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 68/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 317/2025, 507/2025 e 528/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)